

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU EM DOCÊNCIA NA
EDUCAÇÃO INFANTIL

MÁRCIA DE LOURDES BRAGA PRESOTI

A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICÊNCIAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

BELO HORIZONTE – MINAS GERAIS

2013

MÁRCIA DE LOURDES BRAGA PRESOTTI

A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Monografia apresentada à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Docência na Educação Infantil.

Orientadora: Clenice Griffó

BELO HORIZONTE

FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UFMG

2013

“Só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem do mundo, com o mundo e com os outros”.

Paulo Freire

RESUMO

Este trabalho trata de um estudo sobre como acontece a inserção da criança com deficiência em uma instituição pública de Educação Infantil, como é sua interação adulto/criança e com o meio, numa perspectiva de conhecer o que as professoras e as famílias pensam sobre o processo de inclusão dessas crianças na rede regular de ensino. Pretendeu-se também identificar aspectos que precisam ser trabalhados acerca do assunto. Para tanto, foi realizada uma pesquisa qualitativa, um estudo de caso por meio de observações, entrevistas e aplicação de questionários junto às professoras e as famílias das crianças com deficiências que frequentam a instituição. A pesquisa foi realizada em uma Unidade Municipal de Educação Infantil da cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais. Os resultados demonstraram que os profissionais se sentem angustiados e inseguros devido à formação insuficiente e a falta de investimento por parte das Políticas Públicas. Mesmo assim as professoras realizam um trabalho significativo e que visa contemplar todas as crianças. As famílias estão satisfeitas com o trabalho realizado, acreditam no processo de inclusão na rede regular de ensino, porém sabem que ainda há muito a ser feito. Relataram também, o avanço no desenvolvimento de seus filhos nos aspectos físico, motor, psíquico e social. Esse trabalho possibilitou uma maior reflexão dos profissionais envolvidos a respeito das práticas, ações e concepções relacionadas ao processo de inclusão de crianças com deficiências na Educação Infantil.

Palavras-chave: educação infantil; inclusão; professores; famílias.

ABSTRACT

This paper deals with a case study on how the inclusion of children with disabilities in a public institution of Early Childhood Education, as your adult / child and interact with the environment, with a view to meet the teachers and families think about the process inclusion of these children in regular schools. It also aims to identify aspects that need to be worked on the subject. Therefore, a qualitative research and a case study through observations, interviews and questionnaires with the teachers and families of children with disabilities who attend the institution was performed. The research was conducted in a Municipal Unit Childhood Education of the city of Belo Horizonte, Minas Gerais. The results showed that the practitioners feel anxious and unsafe due to inadequate training and lack of investment by the Public Policy. Yet the teachers perform meaningful work and aims to encompass all children. Families are satisfied with the work done, believe in the process of inclusion in regular schools, but know there is still much to be done. They also reported the breakthrough in the development of their children from physical, motor, mental and social. This work provided a better reflection of the professionals involved about the practices, actions and conceptions regarding inclusion of children with disabilities in kindergarten process.

Keywords: early childhood education, inclusion, teachers, families.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
1.1 Contextualização da instituição escolhida para a realização do estudo	9
1.2 Caracterização das crianças e do quadro de pessoal	9
1.2.1 Caracterização das professoras	10
1.3 Proposta de trabalho da escola	10
1.4 A criança com deficiência nas instituições de Educação Infantil	11
1.5 A criança com deficiência na família e na comunidade	13
1.6 A inclusão e a Educação Infantil em Belo Horizonte	14
2 JUSTIFICATIVA	17
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	19
3.1 O percurso histórico: da segregação à inclusão	21
3.2 Educação Inclusiva: dimensão sociocultural e política	23
3.3 Política de inclusão: implicações e contradições	24
4 METODOLOGIA	26
4.1 Objetivos	26
4.1.1 Objetivo geral	26
4.1.2 Objetivos específicos	26
4.2 Procedimento	26
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	36
ANEXOS	

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

Este trabalho trata de um estudo sobre como acontece a inserção da criança com deficiência no interior de uma instituição pública de Educação Infantil, sua interação adulto/criança e com o meio, numa perspectiva de conhecer o que as professoras e as famílias pensam acerca da inclusão.

Atuando na Educação Infantil da rede pública há oito anos, tenho dois cargos públicos. No primeiro sou lotada em uma Unidade Municipal de Educação Infantil - UMEI, e no segundo em uma Escola Municipal de Educação Infantil. Nas duas instituições tive a oportunidade de trabalhar com crianças com deficiências, sendo que o que mais me marcou foi a experiência vivenciada em 2010, na UMEI Mangueiras.

Neste ano estava com uma turma de quatro anos e havia duas crianças com deficiência, uma com paralisia cerebral e a outra com deficiências múltiplas, os dois casos eram considerados muito graves, não havia chegado ainda as auxiliares de apoio à inclusão devido ao processo burocrático do sistema. Nesse período busquei ajuda da coordenação e não tive. Então comecei a estudar sobre as síndromes principalmente buscando o apoio das famílias numa tentativa de melhorar minhas práticas com relação a essas crianças e com o resto do grupo. A experiência foi maravilhosa, a situação que antes me deixava insegura, assustada e com medo de errar, hoje se tornou vivencia muito prazerosa. Este fato será possível, quando nós professores realizarmos um trabalho mediador, refletindo sobre as práticas pedagógicas, as metodologias, as tecnologias, o espaço físico e principalmente nossa sensibilidade. Tudo isso são fatores relevantes para que aconteça a inclusão, a interação e o desenvolvimento da criança com deficiência em uma Instituição de Educação Infantil. A inclusão de crianças com deficiências e de todas as crianças, significa buscar compreender a heterogeneidade, as diferenças individuais e coletivas, as especificidades de cada uma e, sobretudo as diferentes situações vividas na realidade social e no cotidiano escolar.

Diante da realidade de busca em efetivar o processo de inclusão, é importante repensar o espaço de educação e ressignificá-lo. Nessa perspectiva, ainda há um grande desafio, pois as políticas públicas e leis garantem o direito a todas as crianças desde a primeira etapa da Educação Básica, porém não garantem a formação dos profissionais da educação, nem dos auxiliares de apoio, enfim de todos que lidam de forma direta com as crianças com

deficiências. Nesse contexto as professoras ainda se sentem inseguras ao receberem as crianças e as questões frequentes são do tipo: o que fazer com essas crianças? Como trabalhar com elas? Como garantir uma educação de qualidade para todas as crianças? Pensando na situação específica de cada criança, o que pode ser feito para que ela se desenvolva?

Há dois anos, cumpro minha jornada de trabalho na Escola Municipal Maria Sales Ferreira, na qual há várias crianças com deficiências e onde tenho a oportunidade de observar como acontece o acolhimento, a relação adulto/criança com deficiência e a relação com as respectivas famílias. Dessa forma, optei por realizar meus estudos nessa instituição numa perspectiva de poder contribuir com as práticas pedagógicas e, principalmente na concepção de inclusão de crianças com deficiências na Educação Infantil através de observações, entrevistas, questionários e reuniões.

1.1 Contextualização da instituição escolhida para a realização do estudo

A atual ESCOLA MUNICIPAL MARIA SALES FERREIRA, que é composta também pela UMEI GAMELEIRA, foi inicialmente denominada de JARDIM MARIA SALES FERREIRA. A escolha do nome foi uma homenagem da câmara de vereadores à mãe do ex-secretário municipal de educação, Newton Paiva Ferreira, sendo que o nome correto da homenageada era Antonieta Maria Salles Ferreira, conhecida pelo apelido de “Dona Nieta”. A escola foi batizada de maneira original, recebendo um nome que não é exatamente o da pessoa homenageada (Projeto Político Pedagógico da EMMSF, 2007/2011).

Criada em 08/08/1988, originou-se do Projeto de Educação Pré-Escolar Comunitária (EPEC) desenvolvido no Campus do MEC/MG. Esse projeto, uma parceria do Instituto de Recursos Humanos João Pinheiro (IRHJP) e da Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais (SEEMG), priorizava em sua proposta político-pedagógica, a organização do espaço e do tempo em função do número de crianças atendidas, a formação de professores em serviço e a efetiva participação da comunidade nas suas deliberações (Projeto Político Pedagógico da EMMSF, 2007/2011).

1.2 Caracterização das crianças e do quadro de pessoal

A faixa etária das crianças é de zero a cinco anos e oito meses, e em sua maioria, vindas de uma grande diversidade sócio-cultural e, por isso, trazem uma bagagem de experiências e vivências sobre a infância. A grande maioria dessas crianças reside no bairro onde está localizada a escola (Betânia) na cidade de Belo Horizonte, e em bairros adjacentes. São 430

crianças, sendo 390 em horário parcial e 40 em horário integral. Além disso, a escola estende o atendimento a berçário. O quadro de pessoal é de 36 educadoras, entre elas algumas professoras do ensino fundamental, 4 coordenadoras, 8 auxiliares de apoio à inclusão sendo que a maioria dessas trabalham nos dois turnos, 2 porteiros, 12 auxiliares de serviços gerais e um guarda municipal. Uma diretora e uma vice-diretora (Projeto Político Pedagógico da EMMSF, 2007/2011).

1.2.1 Caracterização das professoras

A maioria das professoras da instituição onde ocorre a intervenção possui formação em nível superior e algumas cursaram e estão cursando pós-graduação. É um grupo comprometido com o trabalho e principalmente com todas as crianças.

Minha atuação na escola é como Professora da Educação Infantil. Trabalho nesta modalidade da educação, há oito anos. Adoro trabalhar com crianças e me sinto honrada de poder participar das vivências e experiências dessas crianças. Atualmente estou como apoio à coordenação, o que me oferece oportunidade de observar algumas situações e práticas pedagógicas de vários prismas e que, somadas às minhas, decidi realizar meu estudo na instituição em que trabalho.

1.3 Proposta de trabalho da escola

A proposta pedagógica desenvolvida na Escola Municipal Maria Sales Ferreira, tem como objetivo estimular a criança no desenvolvimento de sua independência, autonomia, solidariedade, criatividade e ainda buscar a formação de cidadãos responsáveis, cooperativos, conscientes e mais felizes (Projeto Político Pedagógico da EMMSF, 2007/2011).

Acreditamos num trabalho com projetos e atividades significativas, que partem do conhecimento e interesse das crianças, dando ao ato de aprender um sentido rico, e que decidimos ‘o que’ e “para que” estamos aprendendo. Essa metodologia de trabalho possibilita à criança participação ativa e direta na construção e apropriação do conhecimento (Projeto Político Pedagógico da EMMSF, 2007/2011).

Cabe salientar que nessa escola pensamos que a infância vem sendo construída historicamente de acordo com a organização de cada sociedade, suas estruturas sociais, culturais e econômicas. Nesse sentido compreendemos também que as crianças vivem infâncias distintas

em função dos diversos contextos sócio-histórico-culturais, nos quais constroem a sua história.

A proposta pedagógica da escola busca ainda concordar com as ideias de Vygotsky quando este autor afirma que as crianças se desenvolvem a partir das interações dos aspectos biológicos e das experiências culturais, e que as influências do meio criam oportunidades para que as potencialidades se concretizem. Segundo Fátima Sales fundadora da instituição, o importante é que as crianças sejam instigadas em sua curiosidade e em seu desejo de agir sobre o mundo, que perguntem, explorem, argumentem, decidam coletivamente, aprendam que as fontes de informações são diversas, estabeleçam vínculos entre vários conhecimentos acessados e possam, dessa forma, construir uma relação prazerosa com o conhecimento, passando a ter sentido e significado para elas (Projeto Político Pedagógico da EMMSF, 2007/2011).

Diante do exposto, nós da equipe da Instituição de Educação Infantil, consideramos relevante conhecermos as crianças na sua integridade. Dessa forma nossa prática será construída de significados atendendo positivamente às finalidades para alcançar os objetivos propostos.

1.4 A criança com deficiência nas Instituições de Educação Infantil

O trabalho das Instituições de Educação Infantil junto às crianças com deficiências enfrenta grandes desafios por parte dos profissionais envolvidos nessa tarefa. Esses vão desde a reflexão sobre a concepção e da postura frente a esse sujeito até a sua própria capacitação para trabalhar com elas. Há de se considerar que o processo de inclusão das crianças com deficiências atuará em uma modalidade da educação que vem sofrendo várias transformações nos últimos tempos na sua forma de conceber a criança e gerir políticas voltadas para seu atendimento, no fazer e nas práticas pedagógicas, entre outros (Veiga, 2002).

A educação de crianças menores de seis anos de idade significa o envolvimento com algumas tarefas que são específicas da faixa etária. Isso significa os cuidados com a segurança, saúde, higiene, alimentação, recreação e repouso. Os profissionais da Educação Infantil também não podem se descuidar dos aspectos do desenvolvimento que precisam ser estimulados, assim como o cognitivo, o físico-motor, a linguagem e o socioemocional. Tudo isso visando o principal objetivo da educação que é o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem e demais experiências educacionais, para formar cidadão crítico e participativo, o que demanda nessa etapa, trabalhar com as diversas áreas do conhecimento (Veiga, 2002).

De acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998), a Educação Infantil deve oportunizar que as crianças vivenciem experiências que contribuam para a sua formação pessoal e social, a ampliação de seu conhecimento de mundo, a construção de sua identidade e autonomia, a aquisição de diferentes linguagens e a construção de relações com objetos de conhecimento como música, movimento, arte, linguagem oral e escrita, natureza e sociedade e matemática. É de acordo com essas orientações que os três volumes que compõem o Referencial estão estruturados visando os objetivos da Educação Infantil existentes nesse documento (Veiga, 2002).

O brincar é a atividade mais importante no trabalho com crianças pequenas oportunizando, dentre outras coisas, o desenvolvimento do pensamento e da linguagem, a construção do eu e das relações pessoais, o ingresso no mundo simbólico através da fantasia e do faz-de-conta e a expressão de suas ideias e sentimentos. É papel de o educador incentivar as interações sociais e o brincar na criança, valorizando essas atividades para a aprendizagem, e levando em conta que, em uma perspectiva sociointeracionista,

“As crianças constroem o conhecimento a partir das interações que estabelecem com as outras pessoas e com o meio em que vivem. O conhecimento não se constrói em cópia da realidade, mas sim, fruto de um intenso trabalho de criação, significação. Compreender, conhecer e reconhecer o jeito particular das crianças serem e estarem no mundo é o grande desafio da educação infantil e de seus profissionais” (BRASIL, 1998).

Numa instituição que tenha como objetivo uma proposta inclusiva, a Educação Infantil deve respeitar o princípio da Educação para todos, que significa educar sem distinção, todas as crianças, de modo a garantir para elas uma educação de qualidade e que atenda a suas necessidades e especificidades. Isso implica, realizar modificações na estrutura organizacional e na proposta pedagógica da instituição, além de investir nos recursos humanos, numa perspectiva de eliminar preconceitos e barreiras, investir na formação de profissionais da educação e conscientizar pais, alunos e professores sobre a importância do processo de inclusão (Veiga, 2002).

É importante ressaltar que o acolhimento dessas crianças, o papel dos pais frente às instituições, as alternativas de comunicação, a capacitação dos profissionais, e a organização do trabalho educativo, são os principais fatores que podem auxiliar o processo de inclusão das crianças na Educação Infantil (Veiga, 2002).

1.5 A criança com deficiência na família e na comunidade

De acordo com Veiga (2002), é muito difícil para a família lidar com o fato de ter um filho com deficiência ou outro parente. É como se um sonho ruísse, necessitando de um tempo para que a criança normal idealizada ceda lugar à criança real que acaba de nascer e apresenta deficiência. Porém vários fatores podem auxiliar ou dificultar esse processo de aceitação dos pais, desde como é dada a notícia, até com relação à expectativa, quanto ao desenvolvimento e aprendizagem dessa criança. As dúvidas são constantes e pertinentes por parte das famílias das crianças com deficiências como: qual o grau de autonomia irá alcançar, o nível de escolaridade que será atingido por essas pessoas, as possibilidades de inserção no mercado profissional, o tipo de relação afetivo-sexual que irão estabelecer e até mesmo as preocupações ao atingirem a velhice e os pais não conseguirem mais cuidar delas. Essas indagações geram muita angústia e conflito no âmbito familiar, principalmente para os pais, que sabem que as tarefas serão árduas diante dessa nova realidade que se impõe. A família precisa ir ao encontro de outras opções de atendimento o que requer esforço dos pais que precisam modificar seus planos e expectativas diante das necessidades específicas desse filho.

Evangelista (2002), diante dos relatos de pesquisas realizadas com mães de crianças com deficiências, cita algumas condições da família que podem afetar este processo de compreensão e aceitação desse filho. Algumas questões que se destacam são: grau de informação e capacidade para compreender os aspectos relativos à deficiência; nível socioeconômico e cultural; formação acadêmica; forma de organização da estrutura da família e religiosidade. A forma como a família se estrutura nessa situação é fator relevante na relação com essa criança.

Com a chegada de uma criança com deficiência algumas famílias superam esse primeiro momento e fortalecem seus vínculos, enquanto outras se desestruturam gerando depressão, separação ou isolamento social (Veiga, 2002).

No atendimento a pessoas com deficiências e suas respectivas famílias, Evangelista (2002) cita algumas reações então observadas junto aos pais em determinadas fases da vida em que se encontram seus filhos com mais frequência. Como é o objetivo deste trabalho, em que se reflete sobre a Educação Infantil, restringe-se à apresentação de algumas reações das famílias segundo a autora nos primeiros anos da infância, zero a seis anos de vida. Assim com o nascimento do filho inicialmente os pais podem se chocar com a notícia de que tem deficiência, chegando a negar. Podem também se sentirem culpados, despreparados ou até

mesmo incapazes de criar esse filho, sentimentos que podem perdurar ao longo da vida, e podem refletir em atitudes no cuidado dispensado à criança recém-nascida, como negligência, superproteção ou solidariedade. A solidariedade é uma manifestação de busca de ajuda dos membros da família e da instituição de Educação Infantil que a criança frequenta ou irá frequentar (Veiga, 2002).

No momento de colocar essa criança em uma creche ou pré-escola surge uma nova crise para os pais. Pelas necessidades impostas a eles pela sociedade, esse fato tem ocorrido cada vez mais cedo. É necessário que seja escolhida uma escola que ofereça condições físicas, materiais e humanas e que desempenhe a tarefa de educá-lo respeitando sua especificidade, a melhor escola para seu filho. Nesse momento os pais se deparam com outro diagnóstico, o pedagógico, quando a escola relata para a família sobre o rendimento escolar da criança, informando sobre o desempenho insatisfatório na aprendizagem e confirmando atraso de desenvolvimento. Então revivem a mesma tristeza e frustração de quando receberam a informação sobre a deficiência do filho. O papel da escola nesse momento é de grande relevância compreendendo as reações dos pais apoiando-os e orientando sobre a melhor forma de ajudarem seu filho nessa trajetória escolar. É importante orientar também a respeito dos atendimentos complementares indicados e sobre a rede de apoio existente na comunidade (Veiga, 2002).

1.6 A inclusão e a Educação Infantil em Belo Horizonte

De acordo com a Secretaria Municipal de Educação (2012), a Educação Infantil como direito social, é fato recente na educação brasileira, pois com a Constituição Federal de 1988, as crianças de zero a seis anos de idade têm o direito de serem educadas em creches e pré-escolas na sua comunidade. De acordo com a legislação vigente, o caráter assistencialista que permeava a educação infantil vem sendo rompido. É direito de todas as crianças frequentarem as instituições públicas de educação desde a mais tenra idade. Conforme, também, institui a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, quando define que:

“No âmbito da educação, a legislação em vigor aponta para a inclusão escolar de crianças desde a primeira etapa da educação básica, ao preconizar, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), artigo 29, seção II, que a educação especial, modalidade da educação escolar oferecida para educandos com necessidades especiais, incluindo os deficientes, deve ser oferecida durante a Educação Infantil, que tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.” (BRASIL, 1996, p. 140).

Desse modo, a Prefeitura de Belo Horizonte, numa tentativa de fazer valer a legislação sobre os direitos das crianças com deficiências e de todas as crianças, traça estratégias para esse atendimento tão significativo nesse contexto social.

A política municipal de inclusão das pessoas com deficiências tem como objetivo ampliar a compreensão e discussão sobre o direito às políticas públicas. Alguns eixos que norteiam a Política de Inclusão na Rede Municipal de Educação são o acesso ao conhecimento, à permanência qualificada na escola e aprendizagem (Secretaria Municipal de Educação, 2012).

No que se refere à acessibilidade física das escolas a PBH vem se esforçando para a realização de maior número de construções de UMEIS, reforma ou ampliação do espaço físico de escolas, construção de rampas, banheiros adaptados, elevadores, dentre outras adaptações (Secretaria Municipal de Educação, 2012).

Quanto às necessidades educacionais especiais, a PBH compreende que cada criança tem seu ritmo próprio, com interesses e vivências diferenciadas, o que permite o planejamento pedagógico que contemple a criança e suas especificidades (Secretaria Municipal de Educação, 2012).

A Equipe de Apoio à Inclusão orienta diretamente nas escolas, sobre as práticas e ações pedagógicas destinadas a essas crianças, participa de reuniões com as famílias e especialistas na área da saúde, que atendem as crianças com deficiências (Secretaria Municipal de Educação, 2012).

Com relação aos recursos de acessibilidade pedagógica, em determinados casos, a criança precisa de recursos pedagógicos específicos que irá contribuir na aquisição de sua aprendizagem. O desempenho dos alunos no contexto escolar é monitorado por equipes específicas da rede municipal. A articulação entre educação e saúde é realizada pelo programa Saúde na Escola, com a articulação entre a Secretaria Municipal de Educação e a Secretaria Municipal da Saúde (Secretaria Municipal de Educação, 2012).

Sobre a matrícula das crianças com deficiências, na Educação Infantil, é assegurada a vaga em caráter prioritário para essas crianças residentes no município de Belo Horizonte. As famílias interessadas devem inscrever seus filhos nas UMEIS - Unidades Municipais de Educação Infantil, no período divulgado. Geralmente acontece entre os meses de agosto e setembro (Secretaria Municipal de Educação, 2012).

O Atendimento Educacional Especializado (AEE), foi implementado em 2010 com o objetivo de garantir a aprendizagem e o desenvolvimento de todos os estudantes com deficiências. O AEE tem a função de identificar e/ou elaborar recursos pedagógicos e acessibilidade visando à participação e a autonomia dos estudantes. O aluno é atendido em uma sala multifuncional, instalada em uma escola da regional que é organizada para esse fim. Este atendimento acontece em turno diferente do qual está matriculado. O planejamento é feito individualmente e de acordo com a especificidade de cada um. Os participantes são todos os alunos da rede municipal com deficiência física, intelectual, visual, auditiva e múltipla, com mais de quatro anos de idade. Também para aqueles com Transtorno Global de Desenvolvimento e Altas Habilidades/ Superdotação (Secretaria Municipal de Educação).

As auxiliares de apoio à inclusão acompanham as crianças com deficiências no espaço escolar, atendendo as suas necessidades, como aquelas crianças que não possuem autonomia para locomoção devido aos prejuízos de mobilidade causados pela deficiência, cuidados de higiene, utilização de banheiro, uso de utensílios para alimentar-se, entre outras atividades do cotidiano. A solicitação do Auxiliar de Apoio a Inclusão é feita pela escola mediante a necessidade passando por uma avaliação e aprovação da equipe de acompanhantes. O contrato do Auxiliar de Apoio à Inclusão é efetivado pela Caixa Escolar das Escolas Municipais (Secretaria Municipal de Educação, 2012).

CAPÍTULO 2

JUSTIFICATIVA

De acordo com VEIGA, 2008, as crianças devem conviver com outras crianças desde muito cedo, sem discriminação principalmente daquelas que apresentam alguma deficiência e sendo a educação direito de todos, defende-se o processo de inclusão na educação infantil. Ainda de acordo com as ideias da autora:

“É considerada pessoa deficiente aquela que apresenta deficiência de ordem física, auditiva, visual e mental. A associação de duas ou mais deficiências é caracterizada como deficiência múltipla. Desse modo, os autistas, os hiperativos, as pessoas portadoras de síndromes, de sofrimento mental e os superdotados, por exemplo, não se enquadram nessa categoria.” (VEIGA, 2008)

Assim, por efeito de lei, as pessoas com autismo não eram consideradas deficientes até o decreto da Lei 12.764, 27 de Dezembro de 2012 que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, e alterou o inciso III do art. 98 da Lei 8.112, de 11 de Dezembro de 1990. Desse modo as pessoas com autismo, são consideradas pessoas com deficiência.

Nessa direção e de acordo com as posições mais avançadas da atualidade, as crianças com deficiências possuem direitos iguais às outras. Entretanto a inclusão só se torna expressão de um direito quando todas as crianças recebem atendimento específico à sua individualidade, sendo respeitadas no seu ritmo e desafiadas nas suas potencialidades. Para tanto, é necessário observar como a criança age no seu cotidiano, como lida com sua deficiência assim aprenderemos muito mais sobre ela e poderemos proporcionar-lhe experiências e vivências, que ajude a avançar. Pelo exposto concordamos com Vygotsky quando afirma que é mais importante conhecer como a criança reage e convive com sua deficiência, do que saber o que esta deficiência a impede de fazer.

Neste trabalho, pretende-se observar como algumas professoras percebem as crianças com deficiências, como concebem suas próprias ações frente a elas e suas práticas. Quais as estratégias utilizadas para mediar as relações dessa criança com as demais, como se dá a relação família e escola. E como os demais funcionários da escola percebem também essas crianças. A grande relevância desse estudo é tentar colaborar com o coletivo, enriquecendo

nossas práticas, ações, reflexões e percepções no sentido de realizar a inserção das crianças com deficiências no interior de uma Instituição pública de Educação Infantil, com a qualidade a que esses sujeitos têm direito.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998) apresentam um grande avanço quando coloca a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica. A Educação Infantil tem por finalidade o desenvolvimento integral de “todas” as crianças, de zero a seis anos de idade (art.58), inclusive daquelas com necessidades educacionais especiais, com o objetivo de promover seus aspectos físico, psicológico, social, intelectual e cultural (LDBEN 9394/96).

Segundo Bruno 2006, outros instrumentos legais antes da promulgação da LDB9394/96, já preconizavam e subsidiavam essa política em defesa dos direitos sociais citados na Constituição Federal de 1988. Assim, a política de Inclusão vem sendo debatida tanto no âmbito Nacional, como no âmbito internacional. Esses debates no Brasil resultaram na elaboração da LDB/96, que obteve forte influência da Declaração da Educação como direito de todos, elaborada em Jomtien, na Tailândia em 1990 e a Declaração de Salamanca elaborada na cidade de Salamanca, na Espanha em 1994 quando aconteceu a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais.

A Declaração de Salamanca norteia-se pelos princípios de que cabe às escolas se adequarem, criando condições de materialidade e suportes pedagógicos para que todas as crianças independente de suas especificidades, sejam capazes de usufruir dos benefícios da educação.

Enfim, este trabalho se justifica diante da insegurança de professoras, educadoras e auxiliares de apoio a inclusão ao receberem crianças com deficiências e depararem-se com indagações tais como: Estamos preparadas? Temos medo de falhar? Temos formação adequada para tantos atendimentos específicos? Entre outras questões, num momento em que há uma bandeira mais ampla no país, que defende a ampliação das oportunidades educacionais na Educação Infantil para todas as crianças.

CAPÍTULO 3

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No Brasil, existem vários documentos federais que regem a Educação Especial, um dos principais foi publicado pelo Ministério da Educação e Cultura “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva” (Brasil, 2008). Neste documento consta que as pessoas a serem atendidas pela Educação Especial são caracterizadas por crianças com deficiências, que possuem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial. Além daquelas que apresentam transtornos globais de desenvolvimento, que apresentam alterações qualitativas nas interações sociais e na comunicação, assim como as crianças com altas habilidades, superdotação e que demonstram grande potencial em uma ou mais áreas como: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes (Brasil, 2008).

Outro documento que discorre sobre a inclusão escolar das crianças com deficiências desde a primeira etapa da Educação Básica é a LDBN, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96.

“No âmbito da educação, a legislação em vigor aponta para a inclusão escolar de crianças desde a primeira etapa da educação básica, ao preconizar, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), artigo 29, Seção II, que a educação especial, modalidade de educação escolar oferecida para educandos com necessidades especiais, incluindo os deficientes, deve ser oferecida durante a Educação Infantil, que tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.” (BRASIL, 1996)

Orientada por essa legislação, a Educação Infantil nos dias atuais, enfrenta um grande desafio: a inclusão de alunos com deficiências nas creches e pré-escolas. Entendemos que essa nova realidade, a inserção e a mediação na construção de conhecimentos de alunos que apresentam níveis e possibilidades diferentes, tem trazido para os professores muita ansiedade, insegurança e alguns questionamentos. No entanto existe uma preocupação muito grande por parte de todos os profissionais da educação, em refletir e redefinir as práticas e ações pedagógicas no sentido de garantir para essas crianças uma educação de qualidade (BRUNO, 2006).

“A educação infantil deve estar voltada para os princípios da inclusão, garantindo à criança, desde o início de sua escolarização, as condições básicas para seu ingresso e percurso na educação. Os objetivos da educação especial de assegurar a inclusão do aluno com necessidades especiais em programas oferecidos pela escola, favorecendo o desenvolvimento de competências, atitudes e habilidades necessárias ao pleno exercício da cidadania (MINAS GERAIS, 2003, P.1) devem ser perseguidos pela educação infantil. Só assim será possível a inclusão de crianças deficientes desde a primeira etapa da educação escolar.”(VEIGA, 2002)

Para tanto, é necessário garantir para as crianças com deficiências o acesso e a permanência na escola de ensino regular, pois se trata de direito de todas as crianças. É necessário que haja uma reflexão sobre as ações e as práticas pedagógicas acerca desse tema, assim como adequação de currículos, de materialidade e de arquitetura da instituição, para contemplar todas as crianças.

“Para Álvaro Marchesi, as escolas devem ser de qualidade para todos os alunos, o fundamento ideológico das escolas inclusivas não procede principalmente de certas vantagens para os alunos com deficiências, e nem de uma reforma da educação especial. Sua base norteia-se na declaração universal dos direitos humanos: os poderes públicos têm a obrigação de garantir um ensino não segregador e que se prolongue posteriormente na integração à sociedade, a todos os alunos, sejam quais forem suas condições físicas, sociais ou culturais” (COLL, 2004).

Assim, as escolas devem oferecer uma educação de qualidade que contemple todas as crianças, independente de apresentarem deficiências ou não. É obrigação dos poderes públicos garantir essa qualidade de escolarização para todos os alunos.

Segundo Bruno (2006), a Educação Infantil enfrenta grandes desafios no processo de inclusão de crianças com deficiências nas creches e pré-escolas. Essa nova realidade social tem trazido muita ansiedade, insegurança e vários questionamentos para os professores que atuam nessa modalidade de ensino. Contudo existe uma preocupação muito grande dos profissionais da educação no sentido de refletir sobre as práticas e ações pedagógicas para que possam garantir uma Educação de qualidade para essas crianças.

De acordo com Veiga (2002), o processo de inclusão é um movimento novo em nosso país, pois se manifesta no Brasil na passagem do séc. XX para o séc. XXI. Dessa forma ainda causa bastante polêmica em relação à falta de formação de professores da Educação Infantil.

Para Vygotsky (1989) apud Monteiro (1998), não se deve priorizar a deficiência que a criança apresenta, mas sim suas capacidades e potencialidades por menores que sejam. É preciso ver a criança com deficiência como um ser humano repleto de potencialidades e desafios a serem vencidos (Veiga, 2002).

O processo de inclusão requer uma reflexão bem mais ampla sobre a conscientização e mobilização de todos em busca de uma sociedade mais justa e igualitária. Esta ideia é pautada na colocação de Maria Teresa Mantoan (1998), quando afirma que:

“A inclusão concilia-se com uma educação para todos e com um ensino especializado no aluno, mas não se consegue implantar uma opção de inserção tão revolucionária sem enfrentar um desafio ainda maior: o que recai sobre o fator humano”. (MANTOAN,1998)

Concordando com a referida autora, a responsabilidade de combater o preconceito e a discriminação não é somente da escola, mas da sociedade com um todo. Por um lado temos as políticas públicas defendendo a inclusão e as escolas tentando se adequar para receber as crianças com deficiências, mas por outro lado nos deparamos com o preconceito e a descrença de alguns profissionais quando demonstram inflexibilidade e insensibilidade ao lidarem com a situação.

3.1 O percurso histórico: da segregação à inclusão

Relatos históricos da Roma Antiga afirmam que as crianças nascidas até o início da era cristã com deficiências, eram assassinadas e escondidas pelo poder público. De acordo com Bruno (2006):

“A deficiência como fenômeno humano individual e social é determinada em parte pelas representações socioculturais de cada comunidade, em diferentes gerações, e pelo nível de desenvolvimento científico, político, ético e econômico dessa sociedade. As raízes históricas e culturais do fenômeno deficiência sempre foram marcadas por forte rejeição, discriminação e preconceito.” (BRUNO, 2006).

De acordo com tais relatos percebe-se que desde o início dos tempos as pessoas com deficiências eram excluídas das sociedades e não podiam conviver com as comunidades. Na idade média, as pessoas com deficiência mental, os loucos e criminosos eram vistos como possuídos pelo mal. Os cegos e surdos eram tidos como pessoas com poderes sobrenaturais.

Para os filósofos cristãos, havia oscilações entre culpa e expiação dos pecados envolvidos com as pessoas com deficiências.

Finalmente Santo Tomás de Aquino conceitua a deficiência como um fenômeno natural da humanidade (Bruno, 2006).

No Renascimento as explicações científicas a respeito das deficiências começam a aparecer. Para a medicina daquela época eram doenças de origem hereditária, males mentais ou físicos (Bruno, 2006)

Em 1620 na França, iniciou-se o processo de educação de pessoas com deficiências quando Jean Paul Bonet tentava ensinar os mudos a falar. Em Paris foram fundadas as primeiras instituições para as pessoas com deficiências. Nesse período foi criado o método de sinais para a comunicação com os outros surdos e também o sistema Braille com caracteres em relevo, ampliando assim a oportunidade de educação e autonomia das pessoas cegas. O médico francês Edward Seguin criou a primeira escola pública para crianças com deficiência mental se baseava no método que utilizava a música e as cores para despertar o interesse das crianças (Bruno, 2006).

No Brasil, a primeira instituição especial foi criada em 1854, na cidade do Rio de Janeiro: O Instituto de Meninos Cegos. Em seguida foi criado o Instituto Imperial de Educação de Surdos. O modelo de escola residencial se espalhou por todo o Brasil devido à influência europeia (Bruno, 2006).

No século XIX e início do século XX, aumentou o número de escolas chamadas especiais por toda a Europa e Estados Unidos. Nesse momento da história, a Educação Especial é tida sob o enfoque clínico e médico, com a utilização do método de ensino para as crianças com deficiência mental, criado por Maria Montessori médica italiana. O método Montessori foi difundido mundialmente e até na atualidade no Brasil é utilizado inclusive com crianças que não apresentam nenhuma deficiência. Em meados do século XX, no Brasil foram criadas as APAES e a Pestalozzi com a finalidade de implementação de programas de reabilitação e educação de pessoas com deficiências. Em decorrência do avanço científico, as deficiências físicas e mentais foram estudadas e esclarecidas na segunda metade do século XX, rompendo assim com a visão mítica e maquiésta entre o bem e o mal. Mesmo com os avanços científicos e o esclarecimento da deficiência como condição do ser humano, a discriminação e o preconceito continuam fortes na sociedade (Bruno, 2006).

Segundo Bruno (2006), a Declaração dos Direitos Humanos (1948) vem garantir o direito de todos a educação pública gratuita e de qualidade. Surge assim a política nacional de educação baseada na lei 4.024/1961 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB recomenda a integração no sistema geral de ensino, a chamada Educação de Excepcionais, como se referia naquela época às pessoas com deficiências.

Na década de 80, aconteceu a democratização da política educacional brasileira com o movimento nacional em defesa da garantia dos direitos de pessoas com deficiências na escola, no trabalho e na comunidade. Com esse movimento democrático são criados vários conselhos municipais, estaduais e associações em defesa dos direitos humanos. Nesse momento a Educação Infantil e Especial passa a ser um direito social, deixa o modelo assistencialista para o enfoque social e cultural valorizando assim a diversidade em todos os aspectos e entendendo que:

“Na esfera política e da descentralização do poder, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, recomendam a colaboração entre a União, Estados e Municípios para que seja efetivamente exercitado no país o debate de ideias e o processo de decisões acerca de como devem se estruturar os sistemas educacionais e quais procedimentos de controle social serão desenvolvidos.” (BRASIL, 2001)

Nesse sentido o grande desafio que propõe a educação inclusiva é romper os preconceitos e estereótipos frente às pessoas com deficiência no que diz respeito às condutas, as ações e práticas, no contexto escolar, familiar e na sociedade. E atentar para que as políticas públicas cumpram seu papel de acordo com a legislação vigente (Bruno, 2006).

3.2 Educação Inclusiva: dimensão sociocultural e política

Como vimos anteriormente o conceito de inclusão em sua história, aponta para o aprofundamento do debate sobre a diversidade. Isso significa tentar compreender as diferenças individuais e coletivas, as especificidades do humano e a realidade social e no ambiente escolar (Bruno, 2006).

Essa reflexão aponta para a realidade dos alunos com deficiências e as práticas pedagógicas centradas nas limitações e nas dificuldades ainda nítidas nas escolas. Dessa forma, é necessário que se volte o olhar para o interior da escola na tentativa de compreender quais seriam as reais dificuldades que os alunos com deficiências encontram na classe comum. O que significa realmente educação para todos? Quais as práticas pedagógicas que contemplam a diversidade? Como a escola se organiza para atender a essas necessidades? Os pais,

funcionários, alunos e comunidade participam na elaboração do projeto político pedagógico da escola? Essas são dúvidas e inquietações dos professores ainda não se tem todas as respostas, mas espera-se que juntos possamos construir um projeto de educação verdadeiramente inclusivo (Bruno, 2006).

3.3 Política de inclusão: implicações e contradições

A Declaração Mundial de Educação resultado da Conferência de Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1990 e o Plano Decenal de Educação para Todos (Brasil, 1993), são responsáveis pela política educacional de inclusão.

A Declaração Mundial de Educação para Todos tem a proposta de uma educação que visa satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem, o desenvolvimento pleno das potencialidades humanas, a melhoria da qualidade de vida conhecimento e participação das pessoas nas transformações culturais na sociedade em que estão inseridas (Declaração de Educação para todos, art. 1º).

A Declaração de Salamanca veio sistematizar os conceitos citados acima e, sobretudo traçar a linha de ação sobre as necessidades educativas especiais (Brasil, 1994), trazendo modificações e metas nos objetivos e atendimento na educação especial. O objetivo desse documento é incluir todas as crianças, inclusive aquelas que apresentam deficiências mais graves na rede regular de ensino (Brasil, 1994).

Neste contexto surge o conceito de “necessidades educacionais especiais”, que se refere a todas as crianças e jovens cujas necessidades decorrem de suas condições de aprendizagem e que em algum momento de sua vida escolar, terá necessidades educacionais. Dessa forma, o grande desafio das escolas é construir uma pedagogia centrada nas necessidades da criança (Brasil, 1994).

Todo o exposto aponta a demanda de uma reflexão sistemática dos professores da escola no sentido de verificar se a sua proposta pedagógica e a prática está voltada para a diversidade. O tema inclusão é de caráter complexo e mundialmente conhecido, há várias discussões sobre os significados. Para que a inclusão aconteça de verdade nas instituições de ensino é necessário estabelecer um grupo de ações por parte das políticas públicas, no que se refere à modificação do sistema, a reorganização de currículo e a estrutura do funcionamento da educação, que tenha como meta prioritária a valorização das especificidades dos educandos.

Acredita-se que as mudanças organizacionais dos sistemas educacionais, sejam benéficas para todas as crianças, independente de apresentarem deficiência ou não. Por outro lado há de se considerar as restrições e dificuldades provenientes dessas mudanças. Por esse motivo, a orientação das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001), que as instituições de educação se organizem mediante a construção e elaboração de projetos voltados para a política de inclusão. Assim o Projeto Político Pedagógico da escola deve esclarecer a importância do compromisso da instituição com o êxito no processo ensino/aprendizagem e com recursos necessários para atender a demanda e a participação dos alunos com deficiências nas classes regulares (BRASIL, 2001).

Apesar de todos esses conceitos é necessária a articulação das políticas públicas nas decisões e práticas pedagógicas, com atuação efetiva junto aos setores governamentais para que juntos, possam oferecer uma educação de qualidade e para todos (Bruno, 2006).

CAPÍTULO 4

METODOLOGIA

Nesse capítulo serão apresentados os aspectos metodológicos que orientaram a realização da intervenção.

4.1 Objetivos

4.1.1 Objetivo geral

Identificar como ocorre a inserção das crianças com deficiências em uma instituição pública de educação infantil.

4.1.2 Objetivos específicos

- Conhecer o que as professoras pensam acerca do processo de inclusão.
- Conhecer o que as famílias das crianças com deficiências pensam sobre o processo de inclusão.
- Identificar aspectos que precisam ser trabalhados acerca do processo de inclusão.

4.2 Procedimento

Este trabalho foi composto de vários procedimentos relativos ao tema. Realizou-se observações e uma pesquisa empírica investigando a opinião dos professores, pais e alguns funcionários da instituição sobre o que pensam acerca do processo de inclusão em uma Instituição de Educação Infantil de Belo Horizonte.

Primeiramente foi realizada uma pesquisa bibliográfica no intuito de obter fundamentação teórica sobre o tema em questão. Em seguida foram realizados os passos descritos abaixo.

I- Contexto

O estudo foi realizado em uma Unidade de Educação Infantil de Belo Horizonte, que atende crianças na faixa etária de zero a seis anos de idade e onde se encontram crianças com várias deficiências por meio dos seguintes procedimentos: observação de duas crianças com deficiências, sua interação com os colegas, professoras, funcionários e com os espaços físico e simbólico da instituição.

Foram realizadas entrevistas com as famílias das crianças, com as professoras e auxiliares de apoio à inclusão, objetivando conhecer o que pensam sobre a inclusão dessas crianças. Houve também momentos de filmagens das crianças durante algumas atividades.

A observação das crianças aconteceu em diversos espaços da escola, durante os passeios fora da escola e na realização de atividades propostas pelas professoras em sala de aula.

II- Contexto dos espaços e da rotina

Os espaços onde aconteceram as observações foram

- Teatro de arena: onde acontece o momento da acolhida todos os dias, é a chamada “rodona”, porque forma-se um grande círculo é o momento coletivo de socialização em que as turmas e as professoras tem a oportunidade de se encontrar. Lá acontece contação de histórias, apresentações de teatro, música, brincadeiras, atividades envolvendo o corpo, entre outras.

- Sala de aula: em seguida as crianças voltam para as suas respectivas salas, onde acontece o momento da roda de conversa com a professora referência da turma, é hora de elaborar a rotina do dia. Momento de muita conversa e combinados, as crianças são convidadas a se expressarem e atuarem como sujeitos que escutam e dão opiniões. É também momento de contar e ouvir muitas histórias. Em seguida acontece atividades diversificadas sugeridas pela professora desenho, pintura, colagem, brincadeira dirigida, projetos e temas envolvendo a turma.

Algumas atividades acontecem em sala e outras em espaços alternativos.

- Biblioteca: uma vez por semana as crianças visitam o espaço da biblioteca. Vivenciam o faz de conta, viajam no mundo da imaginação. Trocam livros, brincam com fantoches, fantasias, cantam, “leem”, participam de teatros, ouvem e contam histórias.

- Laboratório de informática: também uma vez por semana as crianças visitam o laboratório de informática. Elas utilizam os computadores da escola, algumas vezes em duplas, outras individualmente. Aprendem a manusear o mouse, através de jogos como quebra cabeça e de memória.

- Momento livre: acontece todos os dias. As crianças “escolhem” o que irão fazer, na maioria das vezes brincam com os brinquedos da sala ou aqueles que trazem de casa e brincam no parquinho com os diversos brinquedos.

- Lanche, Almoço e Jantar: acontecem no refeitório da escola. Momento de sedução quando todas as crianças são incentivadas a experimentar pelo menos um pouquinho das refeições oferecidas. O *self service* permite que as próprias crianças se sirvam proporcionando a elas a oportunidade de escolher ou provar um pouco de todos os alimentos, colaborando assim no processo de construção da autonomia.

III- Contexto social das crianças observadas

De acordo com as entrevistas realizadas com as famílias das crianças observadas, constatou-se que as crianças residem em bairros próximos da escola com um contexto sócio-econômico variado. Residem com as famílias e possuem vários acompanhamentos de especialistas de acordo com suas deficiências como fisioterapia, fonoaudiologia, terapia ocupacional, entre outros.

Percebe-se que as famílias das crianças são muito envolvidas no processo de desenvolvimento e de inclusão dessas crianças na escola de ensino regular. As famílias formam uma parceria positiva com a escola colaborando em ações para uma boa adaptação, permanência e desenvolvimento de suas crianças.

Cabe salientar que a participação da família junto à escola é de fundamental importância no processo de inclusão dessas crianças na instituição de educação, como afirma Veiga (2008):

As informações a respeito da realidade da criança, as características de sua deficiência, suas condições sociofamiliares, as relações que estabelece com os que estão à sua volta, os atendimentos que lhe foram destinados e sua trajetória escolar ajudarão o professor e a escola a estabelecer um plano de trabalho realista e coerente com as necessidades dessa criança, considerando suas limitações, mas, sobretudo, valorizando suas potencialidades.

Nesse contexto a parceria entre a escola e a família é fato relevante no processo de desenvolvimento das crianças com deficiências.

IV- Participantes

Estiveram envolvidos nesse estudo os seguintes participantes: as crianças com deficiências, as professoras, as auxiliares de apoio à inclusão, as coordenadoras, a diretora e os pais das crianças envolvidas.

As professoras e as coordenadoras colaboraram respondendo aos questionários, fornecendo informações sobre as crianças, colocando a disposição os relatórios das mesmas e permitindo

a observação em sala de aula, e nos diversos espaços da escola, gravações de conversas e filmagens.

Os pais das crianças e as auxiliares de apoio à inclusão colaboraram respondendo aos questionários, fornecendo informações sobre as crianças e participando das entrevistas.

V- Instrumentos

Para a obtenção das informações foram utilizados instrumentos como observação e entrevista.

VI- Materiais

Os materiais utilizados para registrar as informações e as observações adquiridas foram: uma câmara digital, um gravador, papel e caneta para as anotações e os questionários.

VII- Procedimento para a obtenção das informações

Foi escolhida a instituição de Educação Infantil em que trabalho há quatro anos, para a realização dos estudos. O fato de trabalhar na instituição nos dois turnos facilitou o desenvolvimento dos estudos, por conhecer e conviver com todos da escola.

Ao iniciar o trabalho, foi explicado à direção sobre o trabalho a ser realizado junto às crianças para a conclusão do curso de especialização. Dessa forma solicitei a autorização para iniciar os estudos. O planejamento foi acertado com as professoras e coordenadoras no momento em que estávamos reunidas na sala dos professores. Foi então organizado um momento para que pudesse conversar com os pais das crianças a serem observadas para pedir autorização para a realização do trabalho com suas crianças. Expliquei sobre a relevância de realizar um estudo voltado para as crianças com deficiências que fazem parte do processo de inclusão na escola. Expliquei também que o estudo seria visando obter informações e possibilidades sobre o assunto, para que, assim pudéssemos oferecer a essas crianças uma educação inclusiva de mais qualidade. Após os esclarecimentos, as professoras e os pais se mostraram muito interessados em contribuir nos estudos, pois estavam cientes de que o trabalho objetivava o bem estar das crianças.

Na escola onde foi realizada a intervenção, temos três crianças com Autismo, uma com Paralisia Cerebral e uma com deficiências múltiplas no turno da manhã. No turno da tarde

temos duas crianças com Paralisia Cerebral, uma criança com baixa visão e uma com mielomeningocele.

No segundo momento, distribuí os questionários. Houve uma demora em acontecer o retorno, mas em seguida conversei individualmente com as colegas, explicando a importância dessas informações para os estudos. A partir daí obtive um retorno significativo, os questionários foram respondidos e devolvidos.

Em seguida, com os questionários respondidos, pude perceber o que as professoras, as auxiliares de apoio e os pais pensavam sobre a inclusão de crianças com deficiências na rede regular de ensino.

O próximo passo foi entrevistar as professoras de duas turmas de quatro anos que tem crianças com Autismo em cada uma delas, a professora da turma de cinco anos onde há uma criança com paralisia cerebral e suas respectivas famílias. Entrevistei também as auxiliares de apoio à inclusão. As entrevistas e os questionários foram realizados com o intuito de obter informações mais específicas sobre as opiniões de todos os sujeitos envolvidos no estudo.

As informações obtidas nas entrevistas foram transcritas e agrupadas em tópicos que somados aos questionários, relatórios e observações, possibilitou fazer o cruzamento das respostas para uma análise de dados.

Assim sendo, as anotações feitas a partir das observações foram de fundamental importância para colher os dados para o desenvolvimento do estudo.

Em seguida, iniciei a observação das crianças, das professoras, das auxiliares, a interação das crianças com esses adultos e com os diversos espaços da escola. A observação foi por um período de três meses, ficando 40 minutos por dia, com cada criança observada sendo uma no turno da manhã e duas no turno da tarde. Observei as crianças nas salas de aula e em vários espaços da escola. Dessa forma pude obter detalhes sobre a interação das crianças da turma, as ações, as práticas pedagógicas e sobre o que pensam as professoras acerca do processo de inclusão de crianças com deficiências, seus esforços, suas frustrações e vitórias.

Finalmente, reuni todas as informações obtidas, fiz a análise para compreender como a inclusão dessas crianças é percebida na escola e quais as expectativas de todos os envolvidos nesse processo.

VII Análise das informações

Através da realização da análise das informações obtidas, foi constatado que há vários pontos em comum nos depoimentos das professoras, tais como:

- Sentimento de angústia e insegurança ao receberem criança com deficiência em sua turma;
- Desmotivação por não terem maior apoio por parte das políticas públicas;
- Falta de formação continuada acerca do tema inclusão de crianças com deficiências;
- Todas expressam a opinião de que inserir a criança com deficiência na instituição significa acolher, fazer participar de seu modo e observar sua permanência na instituição, receber essa criança com amor e muito carinho.
- Citação de uma das professoras entrevistadas da turma de cinco anos: “Incluir é tornar possível a permanência, a participação e o desenvolvimento da criança com deficiência respeitando suas limitações e incentivando suas potencialidades na escola”.

Aspectos específicos encontrados nas respostas dos questionários

- A inclusão significa que a criança precisa ser bem acolhida e permanecer na escola de forma participativa;
- A criança com deficiência deve participar das atividades propostas respeitando suas limitações;
- A professora e demais profissionais devem incentivar as potencialidades dessas crianças;
- As dificuldades encontradas pelas professoras se referem à falta de capacitação (formação continuada principalmente com especialistas da área da saúde);
- Foram identificados sentimentos de angústia, insegurança e sentimento de incapacidade em realizar um trabalho que realmente venha contribuir para o desenvolvimento da criança.
- Resposta de uma das questões do questionário da professora Maria da turma de quatro anos, no que se refere às dificuldades encontradas: “O caminho a gente faz caminhando, só se está preparado para algo quando já se vivenciou tal situação. Não dá para saber se estamos preparados para o desconhecido, porém precisamos estar abertas a novos desafios e vivenciá-los como parte de nossa capacitação, desenvolvimento e amadurecimento profissional”.

Relatos das famílias entrevistadas

- No geral, as famílias estão satisfeitas com o trabalho das professoras de suas crianças;
 - Acreditam no processo de inclusão de crianças com deficiências na rede regular de ensino;
 - Relatam o avanço no desenvolvimento de seus filhos depois que entraram para a instituição;
 - Respeitam e são gratos à instituição pela atenção e pelo trabalho desenvolvido com suas crianças.
- Relato de uma das famílias entrevistadas: “Meu filho tem deficiências múltiplas e antes de frequentar a escola, passava a maior parte do tempo na cadeira de rodas e não sabíamos incentivar suas potencialidades. Hoje meu filho consegue se comunicar com a família, expressa suas emoções e realiza algumas atividades as quais não realizava. Somos muito gratos pela atenção, o esforço e o trabalho que a equipe da escola vem desenvolvendo com minha criança”.

De acordo com os relatos, o que fica mais evidente nas colocações das professoras é o sentimento de insegurança e o de angústia. Esses são atribuídos ao fato de que, na prática os profissionais da educação não percebem que há um investimento suficiente por parte das políticas públicas acerca da real inclusão. Relatam também que os professores precisam se unir para que possam oferecer um trabalho mais efetivo e de qualidade a essas crianças.

Nesse sentido, foi possível junto ao coletivo da escola, obter uma maior reflexão acerca das práticas pedagógicas, ações e concepções sobre o tema inclusão de crianças com deficiências na Educação Infantil. E ficou evidente a ideia de que todos devem se unir em busca de um trabalho mais sistematizado, mais fundamentado nas pesquisas e tendências mais recentes além do que já vem sendo realizado, para que possamos aprender cada vez mais visando o desenvolvimento e o bem estar dessas crianças. Considerando que, segundo Veiga (2008):

Para que a educação de qualidade se realize nas escolas onde existem alunos deficientes, é necessário que se façam modificações estruturais em sua forma de organização e em sua materialidade. Isso requer mudanças na estrutura física da escola, de modo a promover a acessibilidade e a mobilidade dessas pessoas com segurança; a aquisição de materiais específicos, provendo-lhe adaptações didáticas, ajudas técnicas e apoios comunicacionais; e a alteração do currículo e da proposta pedagógica da instituição.

De acordo com os dados obtidos junto às professoras de uma Instituição de Educação Infantil, o trabalho em equipe, as modificações estruturais e organizacionais e, principalmente, o apoio de especialistas e familiares é o que garantirá a qualidade do processo de inclusão das crianças com deficiências na rede regular de ensino.

CAPÍTULO 5

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como tema de investigação, identificar como ocorre a inserção das crianças com deficiências em uma instituição pública de Educação Infantil de Belo Horizonte, conhecer o que as professoras pensam a respeito do processo de inclusão e identificar aspectos que precisam ser trabalhados acerca do mesmo. Algumas questões surgiram a partir dos questionários aplicados, das entrevistas realizadas e da análise das observações. Dessas questões, o aspecto que se apresentou como de maior relevância, foi a formação insuficiente dos profissionais da educação que lidam diretamente com as crianças com deficiências, a respeito do tema Educação Inclusiva e seus grandes desafios que acaba gerando insegurança, angústia e sentimento de incapacidade desses profissionais. Contudo, percebe-se que as professoras clamam por um maior investimento por parte das políticas públicas, para que tenham acesso a formação continuada, principalmente com especialistas que atuam na área da saúde. Alteração do currículo, da proposta pedagógica e a adequação da materialidade da instituição, bem como sua arquitetura, são aspectos que sobressaem quando se fala do processo de inclusão, devido principalmente à especificidade que a criança apresenta. Essas modificações estão previstas na LDBEN, que determina, em seu artigo 59, que os sistemas de ensino devem assegurar aos educando com deficiências, dentre outras condições, currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organizações específicas, para atender às suas necessidades” (BRASIL,1996, p.23).

Percebe-se, contudo que as famílias se sentem satisfeitas com os avanços de seus filhos, deixando claro que, a instituição é a grande responsável por isso e compreendem a importância da relação família/escola no processo de desenvolvimento da criança. A relação das crianças com deficiências com as demais crianças e com o meio físico e simbólico da instituição é de harmonia, solidariedade e na maioria das vezes de interação.

A partir das intervenções, foi possível iniciar um processo de reflexão sobre as ações, concepções e práticas pedagógicas no interior de uma instituição que lida com o processo de inclusão de crianças com deficiências em sua rotina diária. Houve maior atenção para o fato de como acontece o acolhimento, a adaptação e a permanência das crianças com deficiências na instituição. Apesar de todas as dificuldades e limitações, o trabalho das professoras vem sendo reconhecido pelas famílias e pela comunidade, de maneira geral.

É importante ressaltar que ainda há muito a ser feito, pois a inclusão de crianças com deficiência é um desafio a ser enfrentado por todos os profissionais da educação, no dia a dia de cada instituição.

A partir desse trabalho foi possível identificar principalmente que as professoras que trabalham diretamente com as crianças com deficiências, encontram-se desmotivadas e que em grande medida, responsabilizam a falta de um maior investimento por parte das políticas públicas, aspecto que se reflete de forma direta na qualidade do trabalho que realizam com as crianças.

CAPÍTULO 6

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 9394, 1996. Lei de Diretrizes e Bases Nacionais para a Educação.

Brasil, Ministério da Educação e do Desporto.

BRASIL. Plano Decenal de Educação para Todos. Brasília: MEC, 1993-2003.

Brasil. Resolução CNE/CEB n5. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília: MEC, 2009.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia. **Educação infantil: saberes e práticas da inclusão**. 4 ed. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesus. **Desenvolvimento psicológico e educação**. 2 ed. Porto Alegre: 2004.

Escola Municipal Maria Sales Ferreira, Projeto Político Pedagógico 2007/2008.

INEP, [s.l., s.d.]. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em: 15 mar. 2013.

Lei 7.543/1998, Cria o Sistema Municipal de Educação.

MANTOAN, Maria Tereza Égler. *Revista Pátio*, Ano II, nº 5, Maio/Julho, 1998, p. 49-51, Ed. Abril, SP.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, [s.l., s.d.]. Disponível em: <<http://www.pbh.gov.br>>. Acesso em: 1 mar. 2013.

Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/ SEF, vol.1,2,3, 1998-2003.

Resolução Nº 5, de 17 de Dezembro de 2009. Ministério da Educação - Conselho Nacional de Educação - Câmara de Educação Básica.

Resolução CME-BH Nº 001-2000, de 07 de novembro de 2000.

Resolução CME-BH N° 001-2012, de 12 de abril de 2012.

Secretaria de Educação Fundamental.

Secretaria Municipal de Educação, Belo Horizonte, 2012.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão: um guia para educadores**. 1999. 140p.

UNESCO, Declaração de Salamanca, [s.l., s.d.]. Disponível em: <[http://www.unesco.org/education/educprog/sne/files/pdf/framew p. pdf](http://www.unesco.org/education/educprog/sne/files/pdf/framew_p.pdf)>. Acesso em: 4 jun. 2013.

VEIGA, Márcia Moreira. A inclusão de crianças deficientes na Educação Infantil. *Paidéia*, Belo Horizonte, n. 4, p. 169-195, jun. 2008.